



# VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est

*Culturas políticas e conflitos sociais*



## *CAMPO INTELECTUAL, CAMPO POLÍTICO: “CAMPO DE PODER”. O INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS (ISEB) ENTRE REPRESENTAÇÕES NA DÉCADA DE 1950*

Cleber Ferreira dos Santos<sup>1</sup>

**Resumo:** O ISEB alcançou rapidamente em sua primeira fase a maior repercussão nos meios intelectuais e políticos do Brasil, e mesmo da América Latina. Era a manifestação de um pensamento novo, que correlacionava criticamente à problemática brasileira com a universal no Brasil dos anos 50, convergindo as para representações do (sub) desenvolvimento como um projeto de educação. Assim sendo, o presente trabalho tem por objetivo destacar o campo político e intelectual a qual esteve inserido os isebianos históricos, apontando para rupturas dentro e fora do Instituto vivido por seus intelectuais. Assim, atentando-se para a relação entre o intelectual e a circulação de representações, buscaremos em Roger Chartier (1990, 2002, 2007) o conceito de Representações; já o conceito de Campo está em

---

<sup>1</sup> Graduado em História, mestrando em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (CE-UFES) sob a orientação da Professora, doutora, Juçara Luzia Leite, cuja pesquisa intitula de: “O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e as Representações do (sub) desenvolvimento como Projeto de Educação no Brasil da década de 1950” encontra-se em andamento. Bolsista Capes; Email: santos160902@gmail.com

concordância com Pierre Bourdieu (1986, 2002), para assim compreendermos o modo que se formou o campo de poder entorno do ISEB.

Palavras chave: ISEB; Representação; Campo; História.

**Abstract:** The ISEB quickly reached in its first phase the greatest repercussion in the intellectual and political circles of Brazil, and even of Latin America. It was the manifestation of a new thinking that critically correlated the Brazilian problematic with the universal in Brazil of the 1950s, converging them into representations of (sub) development as an education project. Thus, the present work aims to highlight the political and intellectual field that has been inserted by historical Isebians, pointing to ruptures inside and outside the Institute lived by its intellectuals. Thus, looking at the relationship between the intellectual and the circulation of representations, we will look for in Roger Chartier (1990, 2002, 2007) the concept of Representations; already the concept of Field is in agreement with Pierre Bourdieu (1986, 2002), so as to understand the way that the field of power was formed around ISEB.

Keywords: ISEB; Representation; Field; History.

## Introdução

Como instituição ligada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), no Governo Café Filho, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) teve como preocupação fundamental a busca pela superação do subdesenvolvimento no Brasil. O ISEB alcançou rapidamente em sua primeira fase, a maior repercussão nos meios intelectuais e políticos do Brasil, bem como na América Latina. No decreto 37.608<sup>i</sup>, o ISEB é descrito como uma instituição criada em 14 de julho de 1955, e inaugurada em 7 de outubro do mesmo ano, cuja finalidade é o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, notadamente da Sociologia, da Filosofia, da História, da

Economia, como também da política, especialmente para o fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira.

Na aula inaugural do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), ministrada pelo professor e filósofo Álvaro Vieira Pinto, ficava claro o projeto isebiano de educação para o desenvolvimento do país de sua época, cujo à educação das massas seria de grande importância na estratégia desses intelectuais, Se não vejamos. “Pretender fazer valer a razão, alcançar o consenso nacional e colocar o Estado a serviço do desenvolvimento nacional, implica, reconhecer como central, a questão da educação e da organização ideológica das massas” (PINTO, 1956, p.43).

Posto isto, o presente trabalho, busca, através da força das representações cunhada por Roger Chartier (1994, 2001, 2007, 2009), destacar o papel da educação na estratégia política dos isebianos históricos, na luta por superação do subdesenvolvimento brasileiro, que corroborou para o delineamento entre educação e política nos anos idos de 1950, bem como destacar o campo político e intelectual a qual esteve inserido os isebianos históricos.

### **As Representações do (Sub) desenvolvimento Como Projeto de Educação.**

Acreditamos que compreender as representações do (Sub) desenvolvimento através dos registros de aulas contidas nas fontes que aqui elencamos, é desenrolar o papel da educação no imaginário dos intelectuais do ISEB, bem como da política desenvolvimentista do Brasil da década de 1950. Consideramos assim as circulações de representações que se manifestaram na política dos anos 50 como decisivas para significações que dão sentido a um determinado objeto, e que conduzem as práticas que ordenaram o mundo social nos idos dos anos 50.

De acordo com Chartier, “As representações<sup>ii</sup> não são reflexos do verdadeiro ou do falso da realidade, mais entidades que vão construindo as próprias divisões do

mundo social” (CHARTIER, 2009, p.52). Ademais, são elas que permitem acreditar que o passado é, efetivamente, o que dizem que é. Foi por meio das representações que os isebianos se posicionaram politicamente dentro do ISEB, e por meio das publicações de suas obras, que circularam na década de 1950, que criaram diálogo direto acerca das problemáticas que se apresentaram em seu tempo, utilizando-se da escrita com um ato de disputa política. Para Chartier, a escrita é uma prática histórica, social e cultural, uma vez que,

[...] visa a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição. “As formas institucionalizadas e objetivadas, em virtude das quais os representantes (instancias coletivas ou indivíduos singulares), marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe” (CHARTIER, 1991, P.183).

As atividades do ISEB consistiam, então, em cursos anuais de Ciência Política, ministrados pelo professor Hélio Jaguaribe, de Economia (Ewaldo Correia Lima), de Sociologia (Guerreiro Ramos), de História (Candido Mendes e Werneck Sodré), e de Filosofia (Álvaro Vieira Pinto e Roland Corbiser). Os alunos eram predominantemente indicados por instituições públicas e acadêmicas, sendo admitidas inscrições individuais. Além disso, mantinha-se também um ciclo anual de conferências sobre problemas brasileiros, como também se procedia a publicações de livros de autoria de seus membros.

Os cursos regulares ministrados no interior do MEC (Ministério da Educação e Cultura) incluíam aulas, seminários, trabalhos de grupos e conferências, com duração de um ano letivo, sendo que ao final do curso, os alunos apresentavam uma *tese* para lograr certificação. Esse curso era ministrado a duas categorias de alunos: “estagiários de tempo integral e estagiários de tempo parcial”.

A categoria de estagiários de tempo integral era constituída por representantes de instituições ligadas ao governo, nos seus diferentes níveis, bem como pela federação de trabalhadores e alguns sindicatos. Havia também a presença de organizações estudantis, que se apropriavam dos cursos ofertados pelo instituto.

De acordo com o Relatório Sucinto das Atividades do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), no período de 1956 a 1960 foram ministradas um total de 1452 aulas e 332 seminários, com destaque para a disciplina de Filosofia, como sendo a mais lecionada nos quatro anos apontados pelo relatório, tendo à frente o intelectual Álvaro Pinto como o professor mais presente em sala de aula. O relatório também apontou a materialidade da educação isebiana nas aulas inaugurais, no curso regular de cada ano, como se pode observar a seguir.

- Em 14 de maio de 1956, aula proferida pelo Professor Álvaro Vieira Pinto, chefe do Departamento de Filosofia, com o tema denominado “Ideologia e Desenvolvimento Nacional”, cuja solenidade contou com a presença do então presidente da República Juscelino Kubistchek;
- Em 22 de maio de 1957, aula proferida pelo Professor Alberto Guerreiro Ramos, chefe do Departamento de Sociologia, tendo como tema “Fundamentos Sociológicos do Poder Nacional”. Já em 1958, a aula foi lecionada pelo Professor Cândido Antônio Mendes de Almeida, Chefe do Departamento de Política, versando sobre “Nacionalismo e Desenvolvimento”;
- No ano subsequente, mais precisamente em 12 de março de 1959, no auditório do ISEB, quem proferiu a aula “Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro” foi o Professor de História Nelson Werneck Sodré.
- Em 1960, a aula contou com a presença do Professor Ignácio Rangel, chefe do Departamento de Economia, que apresentou o tema “Recursos Ociosos na Economia Nacional”.

Das cinco aulas inaugurais em destaque, apenas uma não foi possível o acesso, trata-se de “Nacionalismo e Desenvolvimento”, do professor Candido Mendes, ministrada em 1958. Fato que se justifica, pela hipótese provável, de não publicação da mesma. Isso porque o documento por nós privilegiado, apesar de apontar no item *cursos*, que a aula foi lecionada, não descreve no item *publicações*, que a mesma havia sido publicada.

A materialidade acerca do lugar ocupado pela educação, no ISEB, é encontrada na aula inaugural de 1956, ministrada pelo professor e filósofo Vieira Pinto, onde o intelectual destaca qual seria seu papel. Dizia ele: [...] como se promoverá o progresso da ideologia na consciência nacional, de que modo se difunde, por que meios é possível favorecer essa difusão? “Enunciar esta questão é simplesmente formular o problema da educação das massas”. (PINTO, 1960, p. 42).

Podemos inferir a partir da afirmação feita por Vieira Pinto, que o Projeto de educação que circulava no interior do ISEB, para o desenvolvimento do Brasil, partiria da emancipação política e social da sociedade brasileira dos anos 50. Para Pinto, seria necessário, para o desenvolvimento nacional, criar um novo conceito de educação, como parte essencial do projeto de superação do subdesenvolvimento brasileiro. O filósofo assim afirmava que, seria de suma importância, imprimir novo rumo à educação, a fim de orientá-la, sem compromisso com qualquer credo político.

Outra afirmativa esboçada por Vieira Pinto, em sua aula, é, para nós, ponto chave, para entendermos um pouco melhor que, “a educação havia sido convocada, para solucionar a problemática do subdesenvolvimento”. “uma teoria da educação deverá surgir, cuja tarefa inicial será a de definir que tipo de homem se deseja formar para promover o desenvolvimento do país” (PINTO, 1960, p. 43).

A geração dos anos 50 deveria ser preparada, de acordo com Vieira Pinto, para a compreensão do seu papel histórico, na transição daquilo, que ele mesmo

denominou de passagem de *consciência privada para consciência pública*, a qual passaria por um novo tipo de humanismo.

Certamente a reforma a fazer será profunda, e consistirá, antes de tudo, em substituir os quadros educacionais inspirados por um humanismo hoje sem sentido, por outros que, ao contrario do que muitos pensam, não serão anti-humanistas, e muito menos anti-humanos, mas simplesmente representativo de nova concepção do humanismo (PINTO, 1960, p.45).

Sendo assim, a difusão do desenvolvimento consistia na passagem de consciência das massas, do *ser em si, para o ser para si*, cara, por sinal, para a filosofia hegeliana. Na condição de filosofo, Vieira Pinto havia se apropriado de algumas categorias hegelianas, dentre elas estava à categoria de “consciência”. Em *Ideologia e Consciência Nacional*, aula exposta por Vieira Pinto, nosso objeto de estudo nesse trabalho, em vários momentos nos deparamos com a concordância direta a concepções hegelianas, feita pelo intelectual em voga. Não só para Pinto, como também para os demais intelectuais que compunham os quadros do ISEB, a elevação do nível de consciência nacional nas massas seria de suma importância para o desenvolvimento nacional.

O humanismo que tratava Vieira Pinto na aula inaugural do ISEB estava além das preocupações de formar doutores e exegetas. Consistia na busca do ser histórico do homem, e no papel desempenhado por ele em seu tempo, isto é, diante das problemáticas que haveriam de enfrentar.

[...] O humanismo de nosso tempo, prezará fundamentalmente o conhecimento das ciências da cultura e da natureza, a posse das técnicas de exploração fecunda da realidade material e as artes que exprimem o sentido original do homem brasileiro. Apresenta-se assim, a educação como aspecto

capital da teoria do desenvolvimento, e para o Brasil atual, a educação é a difusão dessa ideologia (PINTO, 1960, p. 44).

Cumpre-nos destacar que, a filosofia do desenvolvimento, como produto da realidade enfrentada no Brasil dos anos 50, está diretamente associada à cisão com o subdesenvolvimento. Da mesma forma que o projeto de educação, presente no ideário do ISEB, foi à representação deste (sub) desenvolvimento, que para o público presente na aula inaugural de 1956, Vieira Pinto cunhou de *ideologia do desenvolvimento*, ou seja, trata-se de duas faces da mesma moeda, cuja missão caberia a educação.

### **Campo Intelectual, Campo Político: “Campo de Poder”.**

De acordo com Bourdieu (2015, p.137), a luta pela dominação no campo político “conduz, necessariamente aos pretendentes, submeter à discussão, os esquemas de produção e avaliação ortodoxa, produzidos e impostos pelas instituições dominantes (...), que definem a periodização específica de um campo uma nova ruptura”. Isso equivale dizer, de acordo com as concepções conceituais esboçadas por Bourdieu, que aos Isebianos restava, ou obedecer às necessidades do campo político, ou se opor as linhas de força que estavam se estabelecendo na disputa por representações.

Notemos, a partir de então, que os intelectuais do ISEB estiveram no centro do campo de poder e disputas políticas, onde estiveram outros atores dispostos a colaborar pela batalha do desenvolvimento, sem que se perdesse de vista a busca por representação nesse campo político. Foi nesse sentido que observou Toledo (1976):

[...] o ISEB não tardaria em se pronunciar sobre os resultados concretos da política desenvolvimentista do Governo Juscelino Kubitschek, de antemão, advertia-se que nunca foi feito um exame crítico-sistemático das realizações



de todo o período desenvolvimentista, limitando-se alguns autores a ressaltar, ora seus aspectos positivos (na maior parte das vezes), ora alguns pontos negativos (raramente). Ressalta-se, porém, não ter havido concordância absoluta, dentro do ISEB, acerca das realizações do governo juscelinista” (TOLEDO, 1976, p. 147).

Com base nas observações de Toledo (1976), arriscamos afirmar que, em sua primeira fase (1955-1958), o ISEB manteve uma relação pautada na cumplicidade e na diplomacia com o então Presidente Juscelino Kubitschek, que desde o início apoiou os intelectuais na empreitada desenvolvimentista. Para tanto, basta tomarmos como parâmetro os discursos de JK<sup>2</sup> na inauguração da nova sede do Instituto, na rua das palmeiras, Estado do Rio de Janeiro, que veremos uma clara concordância com a *intelligentsia* isebiana.

Todavia, aos poucos as linhas que compõem todo o campo político, campo de poder, descritas por Bourdieu (1986), vão dando o tom das rupturas. Isso por que as linhas de força se contraem com toda autonomia, como bem explica Pierre Bourdieu:

[..] O movimento do campo para a autonomia pode ser compreendido como um processo de depuração em que cada gênero se orienta para aquilo que o distingue e o define de modo exclusivo, para além das mesmas, dos sinais exteriores, socialmente conhecidos e reconhecidos, da sua identidade (...). Com efeito, de depuração em depuração, as lutas que tem lugar no campo conduziram a que se isolasse (...), quer dizer, o essencial daquilo que separa a poesia da prosa (...) donde a análise da história do campo ser, em si mesma, a única forma legítima da análise de essência (BOURDIEU, 1986, p. 70-71).

Com isso, se no início do Governo JK a posição dos intelectuais frente ao

---

<sup>2</sup> Ver em nosso primeiro capítulo.

desenvolvimentismo interessava o Governo, como destacou Toledo (1976), como instrumento ideológico para o sucesso do Plano de Metas e propaganda do desenvolvimento, aos poucos esse interesse sofre certo enfraquecimento, sobretudo por conta das cisões provocadas pela pauta do Governo quanto à entrada de capital estrangeiro no país, principal entrave entre os isebianos e JK.

Segundo Toledo (1976, p. 148), em obra<sup>3</sup> que a nosso ver é imprescindível para o alcance do entendimento da política isebiana, “não se dispensarão definitivamente os serviços do ISEB, mas o controle ideológico, por parte do Governo, não será rígido nem absoluto”. Posto isso, a essa altura, os intelectuais do ISEB já estavam seguros da capacidade de elevar o Brasil ao “topo” da modernidade econômica e cultural da nação; tão certos que passaram a reivindicar o lugar ocupado pelo intelectual no campo político, nesse cenário de transformações profundas vividas pelo país.

Vieira Pinto (1960), manifestadamente demonstrou seu desacordo diante daquilo que ele mesmo chamou de “entreguismo”, pela baixa taxa de consciência nacionalista revelada pelo Governo JK. Em outra oportunidade a crítica ao Governo JK passou a ser bastante acentuada, a partir do momento que se observa que o desenvolvimento se faz através da internacionalização da economia brasileira, ponto diversas vezes discordado pela grande maioria dos intelectuais que compunham os quadros do ISEB, por se tratar de uma grande campanha, por parte do Governo, de entrada de capital estrangeiro no país.

Inicialmente, como afirmou Abreu (2005, apud Toledo p.105), “os integrantes do ISEB não perceberam a política de Kubitschek como uma política em contradição com as ideias que vinham formulando e divulgando”. Foi exatamente a partir do ano de 1958 que ficou mais claro que a política de Kubitschek era desenvolvimentista, mas não nacionalista, ao menos como concebiam os isebianos, segundo Abreu (2005).

---

<sup>3</sup> Trata-se de *Fabrica de Ideologia*, obra clássica publicada em 1976, sendo o primeiro trabalho escrito por um autor acerca do ISEB. Muito das concepções da política usadas em nosso trabalho se deve a esse obra de Caio Navarro de Toledo.

Nesse ponto é importante notar que o entendimento de nacionalismo advindo do interior do ISEB se confundia, e muito, pela não entrada de capital estrangeiro no país, e resumia toda política isebiana. Ao criticar o retrocesso do nacionalismo no Governo JK, Vieira Pinto (1960), que nessa fase do ISEB tornou-se o porta voz principal dos intelectuais, tinha certamente em seu horizonte a crítica à internacionalização do capital. Acerca do Governo JK, ela afirmava:

É assim que durante um período governamental (...) dá-se o caso da consciência dos governantes ser no final obtusa, retrógrada e inadequada justamente por que a ação desses dirigentes impulsionou tanto o desenvolvimento do país, que o teor de visão nacionalista de que dispunha para o seu projeto inicial foi logo ultrapassado, e, assim, faltando-lhe a capacidade de evoluir em concordância com os acontecimentos que desencadearam, acham-se ao fim do governo de posse de uma consciência revogada pelos próprios resultados que produziu (...), e que o antagonismo fundamental passa a ser o de nacionalismo (não nacionalismo), ou entreguismo (PINTO, 1960, apud TOLEDO p, 150).

Embora as críticas esboçadas por Vieira Pinto (1960) sejam contundentes dentro da ótica do campo político assumido pelo ISEB, Toledo (1979) traz um novo entendimento ao enfatizar que:

Na ausência de análises objetivas acerca do novo caráter da economia brasileira, a partir da expansão industrial da década de 50, e permanecendo-se ao nível dos princípios nacionalistas, não puderam os isebianos perceber em toda a sua extensão que o desenvolvimentismo, na vigência do capitalismo, só podia se realizar através dum crescente fortalecimento das relações de dependência entre as metrópoles e as periferias, no qual a internacionalização da economia era uma das suas expressões (TOLEDO, 1976, p. 151).

Vale ressaltar que o fato de nossa análise caminhar concordando com campo de poder que se formou entorno do ISEB, e por consequência de seus intelectuais, não quer dizer que não buscamos visões distintas daquelas desenvolvidas pelos Isebianos históricos, fato que se demonstra nas observações feito por Toledo (1979), para qual a internacionalização do capital estrangeiro era extremamente necessária para o bom êxito das metas adotadas pelo Governo de JK.

“O Brasil não podia prosseguir a mercê do capital estrangeiro”, revelava Roland Corbisier (1958, p.49). Consciente da inter-relação entre cultura, consciência e economia, o isebiano denunciava a situação de dependência vivida pelo Brasil com a internacionalização do capital. Como o Brasil havia de industrializar-se fechando as portas para o capital externo?, Ressaltou Jaguaribe ao publicar *Nacionalismo na Atualidade Brasileira*, obra que acirrou um grande desconforto entre os intelectuais do ISEB:

[...] É exato que a promoção do desenvolvimento brasileiro, a partir de nossa sub-capitalização, terá de fazer-se mediante o incremento da poupança interna e a atração de capitais estrangeiros, selecionando-se, em ambos os casos, os investimentos por ordem de prioridade e pela eficiência específica (...). É procedente, por fim, de um ponto de vista puramente econômico, e sujeito a importante qualificação, a observação de que o investimento estrangeiro, em petróleo, é o melhor possível por que, além de aumentar nossa capacidade global de investimentos, apresenta, no mesmo nível de prioridade, maior eficiência, por dispor de condições mais favoráveis de acesso e de utilização da melhor tecnologia e contar com melhores condições institucionais (JAGUARIBE, 2013, p. 172-173).

Para Vale (2006), Jaguaribe assumiu posições que suscitaram constrangimento e divisão no grupo ao defender, em tese, a entrada de capital estrangeiro na economia

brasileira.

A posição de Jaguaribe, sempre perspicaz e bem inclinada ao realismo e à abertura, não deixou de causar perplexidade. Ele atribuiu ao empresário nacional uma missão (...) situando-o no capitalismo social do século XX, um sistema produtivo com máxima acumulação social de capitais (...). Ao Estado caberia adotar as medidas que tornassem a função empresarial possível (VALE, 2006, p.75).

Tal divisão estabelecida pelo posicionamento de Jaguaribe (1957), no campo político, também esteve presente no descontentamento de Candido Mendes.

A polêmica relativa ao concurso do capital estrangeiro para o desenvolvimento insere-se hoje num momento de grave crise e de limitações drásticas no balanço de pagamentos dos países coloniais; tal circunstância extrema as cautelas com que se deve pesar todo o fator de desequilíbrio ou compensação desses mecanismos (...). É inegável o impacto negativo tradicional dos investimentos estrangeiros, para o esforço de capitalização no país. Não fundamenta, entretanto, nada mais do que um lance isolado do complexo de relações entre o capital estrangeiro e o nacional (MENDES, 2005, p. 308-309).

As posições ocupadas pelos intelectuais do ISEB nos permite identificar, em concordância com Abreu (2007), a heterogeneidade de pensamento, e as divergências de posições dentro do próprio grupo, quanto ao modo que o país ultrapassaria o estágio de subdesenvolvimento. A autora ainda ressalta que:

[...] as divergências entre os Isebianos se manifestaram quando os

intelectuais começaram a perceber que a possibilidade de influenciar e impor aos centros de poder a ideologia do desenvolvimento autônomo lhes escapara, que não tinham tido à formulação de planos e programas, às assessorias de Governo (...); não estavam desempenhando o papel de mentores intelectuais da política de JK, tampouco tinham conseguido exercer influência sobre o grupo social ao qual atribuíam a posição de líder do processo de desenvolvimento (ABREU, 2007 apud Aarão Reis & Ferreira p.424-425).

Quanto ao movimento de contestação que se formou contra Jaguaribe (1957), e acirrou as lutas por representação no campo político, Abreu (2007) ainda recorda que esse movimento partiu, inicialmente de fora do Instituto, oriundo da União Nacional de Estudantes (UNE), bem como de jornais que até então davam ampla cobertura às atividades do ISEB.

Quando o movimento de contestação contra as posições de Jaguaribe passou para dentro do ISEB, os intelectuais passaram a se posicionar dentro e fora do Instituto, e o Ministro da Educação, Clóvis Salgado, teve que interferir no intuito de acalmar a onda de protestos que se levantava dentro e fora do Instituto. Foi nesse sentido que em reunião realizada em 19 de dezembro de 1958, Hélio Jaguaribe e Werneck Sodré defenderam a liberdade de cátedra no Instituto, tendo adesão de outros intelectuais como Roberto Campos e Anísio Teixeira.

A partir desse momento, cabe a nós, reintroduzirmos a dimensão da categoria abordada por Bourdieu (1986), para assim compreendermos que as razões pelas quais os conflitos e as tensões se estabeleceram entre os isebianos históricos deveu-se, e muito, as redes de relações que foram se formando em volta do campo político, campo intelectual, que estes sujeitos estavam postos. Isso por que, segundo Bourdieu (2002),

“[...] Os campos tem as suas próprias regras, princípios e hierarquias, e são

definidos a partir dos conflitos e das tensões no que diz respeito à sua própria delimitação e constituídos por redes de relações ou de oposições entre os atores sociais que são seus membros” (BOURDIEU, 2002, p. 2).

## Conclusão

A dimensão fundamental das tensões e dos conflitos entre os membros do ISEB diz respeito, nesse momento, aos limites de espaços estabelecidos pelos intelectuais, como também pelo direito de estabelecer quais seriam estes limites na luta por representações políticas.

E foram às posições diversas ocupadas entre os isebianos, por um lugar no campo político, que levou, por exemplo, o professor Guerreiro Ramos a afastar-se do ISEB, e o diretor Roland Corbisier a buscar soluções para as rupturas que estavam acontecendo junto ao Ministro da Educação Clóvis Salgado e ao Presidente Juscelino Kubitschek, para reformular o ISEB. E foi esse movimento liderado por Corbisier que resultou, em 1959, em uma nova ruptura, levando o então fundador do ISEB, Hélio Jaguaribe, a pedir demissão do Instituto.

Aqui não podemos pensar que houve uma classificação hegemônica e objetiva entre os intelectuais do ISEB, mas sim que existiu uma luta por representações políticas postas com toda autonomia, pelo próprio campo político a qual estiveram inseridos. Desta maneira, vemos que a relação entre as propriedades do intelectual quase sempre é medida por uma especificidade, que no caso dos isebianos fora a produção escrita posta a circular no campo político.

Não podemos negligenciar, também, que forças coletivas foram produzidas no interior do campo político nos idos de 1950, isto é, dentro e fora do Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Para Bourdieu (2015, p.115), “o campo deve sua estrutura à distribuição desigual (...), ao mesmo tempo em que há condição de entrada em tal competição”. Com isso, as características distintivas das diferentes forças de produção

e de difusão de ideias, no campo político que o ISEB fez parte, bem como seus intelectuais, se valiam de luta por representações, no intuito de sobreviverem no campo político.

### **Referências Bibliográficas**

- ALVES, Alzira de Abreu: Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). **Nacionalismo e reformismo Radical (1945 – 1964). As Esquerdas no Brasil. vol. 2.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **A produção da crença: contribuições para uma economia dos bens simbólicos.** Porto Alegre, RS: Zouk, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. **Campo de poder, campo intelectual.** Itinerário de un concepto. s/l: Montessor, 2002.
- CHARTIER, Roger. **A beira da falésia: a História entre certezas e inquietudes.** Tradução Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. UFRS, 2002.
- CHARTIER, Roger. **A força das representações: história e ficção /** João de Castro Rocha (Org). Argos, 2011.
- CHARTIER, Roger. **História Cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.
- CHARTIER, Roger. **O mundo como representação.** Estud, São Paulo V.S, N, 11, abril, 1991.
- CHARTIER, Roger: **A história ou a leitura do tempo.** Tradução de Cristina Antunes – ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.



CHARTIER, Roger; Bourdieu, Pierre. **A leitura: Uma Prática Cultural**. Debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. In: Chartier, R. (org) *práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p. 229-254.

\_\_\_\_\_, (1959 3º ed). **Ideologia e Desenvolvimento Nacional**.

ISEB/MEC

\_\_\_\_\_, (1960 2º ed). **Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro**.

\_\_\_\_\_, (1960). **Fundamentos Sociológicos do Poder Nacional**.

\_\_\_\_\_, (1960). **Recursos Ociosos na Economia Nacional**.

SIRINELLI, J-F. Os Intelectuais. In: Rémond, R. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

TOLEDO, Caio Navarro de (org): **Intelectuais e Política no Brasil; a experiência do Iseb**. Rio de Janeiro, Revan 2005.

TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: Fábrica de Ideologias**. 2. Ed. São Paulo, Ática, 1978.

VALE, Antônio Marques. **O ISEB, os Intelectuais e a Diferença: Um diálogo Teimoso na Educação**. São Paulo, Editora Unesp, 2006.

---